O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RITA DE CASSIA PINTO DINIZ MALIZIA

RESUMO
O objetivo deste estudo é direcionar um olhar cuidadoso sobre a educação infantil acerca de seu currículo, da concepção de infância, do papel da escola e da família e, sobretudo, do professor que promove uma educação emancipatória e plena. Explicita como deve ser articulado o Currículo, a partir de componentes como: corpo e movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e conhecimentos matemáticos. Para sua elaboração, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, fundamentada em estudiosos renomados. A escolha por este tema justifica-se pela efetiva organização de rotina e inclusão da pedagogia de projetos em prol de uma aprendizagem significativa garantindo o direito de ampliar sua perspectiva de mundo. Constatou-se que os primeiros anos de vida são anos verdadeiramente de educação, segundo as teorias que estudam o desenvolvimento infantil, a construção da inteligência e a aquisição da aprendizagem, bem como a aquisição de habilidades, de valores e das atitudes são desenvolvidas nesta fase, e servem para toda a vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Escola. Currículo. Criança.

ABSTRACT
The aim of this study is to take a careful look at children's education about their curriculum, the conception of childhood, the role of school and the family and, above all, the teacher who promotes an emancipatory and full education. Explains how the curriculum should be articulated, from components such as: body and movement, music, visual arts, oral and written language, nature and society, and mathematical knowledge. The choice for this theme is justified by the effective routine organization and inclusion of pedagogy of projects in favor of a significant learning guaranteeing the right to expand its world perspective. It was found that the first years of life are truly years of education, according to the theories that study child development, the construction of intelligence and the acquisition of learning, as well as the acquisition of skills, values and stands are developed at this stage, and serve for all life.

WORD KEY: Childish education. School. Curriculum. Child.

INTRODUÇÃO

A Educação infantil passou por grandes transformações nos últimos tempos. O percurso de conquista de uma nova identidade para os centros de Educação Infantil foi paulatino e complexo. Durante esse transcurso surge uma nova concepção de criança, totalmente divergente da visão tradicional. Se por séculos a criança era considerada como um sujeito sem importância, perto da invisibilidade, atualmente ela é vista em todas as suas características, com identidade pessoal e histórica.

Essas modificações originaram a novas demandas sociais e econômicas, articulando à criança uma função de utilidade futura, esta começou a ser reconhecida, portanto o seu atendimento teve que acompanhar as diretrizes da história. Assim sendo, a Educação Infantil passou de um paradigma assistencialista a uma concepção pedagógica análoga ao cuidar, promovendo o atendimento da criança com aspecto integral, cujas características psicológicas, emocional, cognitiva, física, precisam ser reconhecidas e respeitadas.

Com vistas ao enorme caráter assistencial e filantrópico que foi padrão das atividades dos primeiros centros destinados para atender a infância no Brasil, para tanto se faz necessário discorrer sobre os principais fatos históricos que percorreram seu processo de criar e discutir a conduta política diante à problemática da educação da infância.

E tem como problemática, alguns questionamentos foram pontuados: como pensar em um currículo para crianças? Como dar voz para essas crianças para que elas possam se sentir protagonistas do processo de aprendizagem?

A partir das questões postas e diante de

uma proposta de mudança no cotidiano escolar e nas competências a serem desenvolvidas pelas crianças com a mediação das professoras, as hipóteses levantadas sobre as problemáticas citadas anteriormente são: O que vem a ser um currículo que considere as especificidades dos bebês e das crianças pequenas? Qual o papel do professor na Educação Infantil? E sua função mediadora e articuladora para garantir o protagonismo infantil?

O principal objetivo deste artigo é apresentar um panorama completo com concepções e práticas educacionais, que valorizem o contexto histórico que assinalam o processo de criação e implementação dos centros de Educação Infantil, sem deixar de considerar a caracterização do conceito de criança, apresentando uma discussão sobre o atendimento às crianças.

As intencionalidades da Educação Infantil devem ser concernentes ao desenvolvimento da criança, não somente o físico e cognitivo. Assim esta pesquisa se justifica, pois pesquisaremos todo desenvolvimento acontecido na legislação brasileira para que se formasse a consciência crítica objetivando a autonomia da criança.

A metodologia adotada nesta monografia tratou-se do método qualitativo, exploratório em que se baseamos em pesquisas bibliográficas, livros dos autores consagrados autores na temática da Educação, como também em artigos e publicações da internet, aos quais nos afirma a importância de se aplicar o lúdico para o desenvolvimento amplo da criança. Assim, a pesquisa, ainda que de cunho teórico, não deixará de dialogar com todas as informações retiradas de distintos livros, artigos de revistas, documentos e websites para que se possa avançar em compreensões e novas análises.

DEFINIÇÃO DE INFÂNCIA

infância é uma fase fundamental do desenvolvimento biológico de cada indivíduo, que se inicia no nascimento e se estende até a adolescência. Durante esse período, ocorrem diversas transformações físicas e psicológicas que moldam a personalidade e as habilidades cognitivas do indivíduo. É na infância que são estabelecidos os alicerces do aprendizado, da socialização e do desenvolvimento emocional. Diante da importância da infância no desenvolvimento humano, surge a necessidade de compreender as mudanças na concepção de infância no Brasil ao longo do tempo.

O desenvolvimento histórico das ideias de infância deu-se sempre articulado ao contexto social, econômico, cultural, político, religioso, científico, entre outros, vividos em cada sociedade, época. Sociedade de épocas diferentes, sempre tiveram que lidar com a criança, estabelecendo olhares diferenciados para a criança e/ou padronizando certas características (STEARNS, 2006). Compreende-se, então, que as ideias de infância são socialmente elaboradas, são variáveis, contrastantes e transforma-se num movimento histórico de fluxo e refluxo, o que direciona para o entendimento da ideia de infâncias e não de infância (HEYWOOD, 2004).

No decorrer da história os conceitos de criança e infância vêm sendo discutidos e apresentam diferentes significados. A criança deixa de ser considerada um ser adultizado e passa a ser visto como um indivíduo de direitos e singularidades. Pinto e Sarmento (1997, p.15), destacam que novas investigações e estudos intensificados têm ressaltado o estado da criança como ser de direitos desde a barriga da mãe. A concepção da infância está sempre em construção, logo que perpassa por diferentes contextos dependendo da cultura, região, onde se encontra a criança na sociedade.

Ratificamos que a infância é inerente à criança; como também afirma Marita Redin (2007, p. 12) a infância se refere às condições de vida das crianças em diferentes grupos sociais, culturais e econômicos . Porém ainda há muitos casos em que a criança não usufrui deste direito de forma adequada, pois vive em condições precárias. A criança é ator social, partícipe da construção da sua própria vida e da vida daqueles que a cercam. As crianças têm voz própria, devem ser ouvidas, consideradas com seriedade e envolvidas no diálogo e na tomada de decisões democráticas.

Ariès (1978) quis dizer com a sua afirmação de que a infância foi uma invenção da modernidade, é que a infância que conhecemos hoje foi uma criação de um tempo histórico e de condições socioculturais determinadas,

sendo um erro querer analisar todas as infâncias e todas as crianças com o mesmo referencial. A partir disso, podemos considerar que a infância muda com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo com as peculiaridades individuais. Portanto, as crianças de hoje não são exatamente iguais às do século passado, nem serão idênticas às que virão nos próximos séculos.

A Sociologia da Infância se propõe a resgatar a infância da perspectiva psicobiológica, que tende a uniformizar as crianças e seu desenvolvimento, deixando de lado o contexto sociocultural no qual estão inseridas. Outro objetivo da Sociologia da Infância é estudar sobre a criança, a partir da própria criança, evitando a interferência do olhar adultocêntrico.

As concepções de infância são representadas ao longo da história de diferentes formas. Estudos já realizados revelam a aparição de seu conceito, delineando as influencias para se chegar à infância que se temos hoje. Ainda que, é muito complexo apresentar um conceito de infância atualmente, logo, não há mais um —modelo de criança, de maneira geral os estudos abordam temáticas sobre suas especificidades mais biológicas, deixando de lado experiências, saberes e sua graça para o futuro do país, isto é, a criança como cidadã que pode pensar e agir de forma independente.

PRIMÓRDIOS DO CURRICULO: REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Este documento é fundamentado num modelo de referências e orientações pedagógicas que possui a intencionalidade de contribuição e implementação de práticas educativas de qualidade que promovam e ampliem as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Seu papel é centrado na contribuição com as políticas e programas de educação infantil, coletivizando informações, discussões e pesquisas, subvencionando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Foi constatada a articulação de três instâncias determinantes na construção de um projeto educativo para a educação infantil. São elas: a das práticas sociais, a das políticas públicas e a da sistematização dos conhecimentos pertinentes a essa etapa educacional. Porém, se essa vasta produção revela a riqueza de soluções encontradas nas diferentes regiões brasileiras, ela revela, também, as desigualdades de condições institucionais para a garantia da qualidade nessa etapa educacional. (BRASIL,1998)

Este Referencial considera e respeita a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e das diversas propostas curriculares de educação infantil hodiernas, por ser aberto, flexível e não obrigatório, subsidiará os sistemas educacionais, que assim o almejarem, na construção ou implementação de programas e currículos consentâneos com suas realidades e especificidades.

Dessa forma, o Referencial só terá significado quando traduzir a vontade dos atores envolvidos com a educação das crianças, sejam pais, professores, técnicos e funcionários de incorporação no projeto educativo da instituição ao qual estão associados. Funcionando como norteador de ações que intenciona melhoria de qualidade da educação infantil brasileira, porém se furta em resolver os complexos problemas dessa etapa educacional.

A qualidade do atendimento deve promover vastas asserções coadunadas às políticas públicas, ao orçamento, à inserção de políticas de recursos humanos, a organização de atendimento padronizado que assegurem espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária. (BRASIL,1998)

A criança desde muito cedo aprende a conviver com a sociedade, sendo ela um ser que merece atenção, cuidados, educação, direitos que um tempo atrás praticamente não existiam assim essencialmente ter o direito de ser criança e brincar, dentre outros. Neste sentido, a Educação infantil passa a ser direito da criança assegurado pelo Estado, porém, ela ainda não define a mesma parte da educação básica e deixa aberta a oferta conforme a demanda abrindo um espaço para o descaso das políticas públicas para com as crianças. (BRASIL, 1998)

A BNCC E O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entende os processos pedagógicos a partir da concepção de construção do conhecimento. A criança é compreendida como sujeito ativo, que deve participar de diferentes práticas cotidianas, na interação com adultos e com outras crianças. O documento revela, portanto, uma compreensão de criança enquanto produtora de cultura e construtora do seu conhecimento. As dinâmicas do cotidiano possibilitam as crianças tornarem-se protagonistas do seu conhecimento e das suas experiências. Ao participarem ativamente das questões que lhes interessam ao fazer intervenções diretas no mundo social e natural, tomam o mundo para si desenvolvendo suas experiências pessoais. (BRASIL, 2018)

A BNCC discorre que para a criança despertar o seu protagonismo e exercer a sua cidadania, assim como conseguir solucionar os conflitos que refletem em sua vida cotidiana é preciso desenvolver um currículo que prestigie tais eixos do conhecimento, que também podem ser chamados de direitos de aprendizagens, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. (BRASIL, 2018) É importante salientar que estes direitos não são estruturados em divisões de conteúdos, mas sim devem ser fundamentados em campos de experiências, são eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, Fala, Pensamento E Imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BRASIL, 2018)

Assim sendo, a BNCC prediz: [...]BNCC esses grupos não podem ser considerados de forma rígida, já que há diferenças de ritmos na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças que precisam ser consideradas na prática pedagógica. (BRASIL, 2018, p.42) dessa forma, é essencial que se pense no que será proposto à criança, considerando os direitos e os articulando com os campos de experiências.

Analisando a perspectiva do primeiro campo de experiência descrita na BNCC, —O eu, o outro, o nós , trata da interação entre criança e adulta, que é a partir dela que começam a construir sua maneira de ser, agir e pensar. Assim é visto na BNCC:

[...] as crianças aprendem a distinguir e a expressar sensações, percepções, emoções e pensamentos, o que lhes possibilita, posteriormente, considerem o ponto de vista do outro, se oporem ou concordarem com seus pares, entendendo os sentimentos, os motivos as ideias e o cotidiano dos parceiros. Ao mesmo tempo em que a criança participa da sociedade e de suas relações, ela constrói seu senso crítico, sua autonomia com relação ao meio em que está inserida. (BRASIL, 2018, p. 67)

O segundo campo —Corpo, gestos e movimentos temos a percepção que é por meio do corpo é que a criança explora o mundo, o espaço, estabelecem relações e se tornam conscientes da sua corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, música, teatro e as brincadeiras de faz de conta elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, linguagem e emoção. Com o corpo a criança pode explorar e compreender o mundo a sua volta, e é por meio das atividades propostas pelo professor é possível desenvolver as expressões, emoções, dificuldades e habilidades do aluno. (BRASIL, 2018)

Assim sendo, a criança tem conhecimento das sensações e as atribuições de seu corpo e, através de seus gestos e movimentos, conseguem identificar seu potencial e seus limites, implicando assim na consciência sobre sua securidade e o que causa risco à sua integridade física. É importante salientar que o corpo das crianças ganha centralidade, pois é através dele que é centrada as práticas pedagógicas, o cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão.

O terceiro campo —Traços, sons, cores e formas traz possibilidades de exploração nas expressões artísticas, culturais, sociais, as investigações de diversas materialidades, composições e registros dessas experiências. Aqui também se destaca a compreensão sobre a realidade, pontos concretos de investigação e o desenvolvimento dos sensos estéticos e críticos das crianças ao ver, experimentar e vivenciar o mundo. O desen-

volvimento desta percepção desde a infância impactará na criatividade, comunicação e expressividade que o pequeno demonstrará durante toda a vida.(BRASIL, 2018)
Desta forma, esse é um campo de experiências extraordinário, pois aguça as experiências com a arte, a música, sons, instrumentos, fotografia, pintura, literatura, escultura, dança, teatro e demais linguagens da expressão humana, ampliando vivências estéticas e culturais de crianças e professores, desenvolvendo sua inventividade, criatividade, sensibilidade e expressão pessoal, afirmando sua identidade pessoal e coletiva. Um campo muito potente, ao qual os pequenos podem vivenciar experiências complementares com outros campos, se comunicam e se relacionam por meio de múltiplas linguagens.
No quarto campo "Escuta, Fala, Pensamento E Imaginação compõem experiências que proporcionam situações de fala e escuta, como contação de histórias, descrições, conversas. Envolve a imersão na cultura escrita, partindo do que as crianças conhecem e de suas curiosidades e oferecendo o contato com livros e gêneros literários para, intencionalmente, desenvolver o gosto pela leitura e introduzir a compreensão da escrita com representatividade gráfica. (BRASIL, 2018)
Assim sendo, a Educação Infantil, é importante proporcionar vivências nas quais as crianças consigam desenvolver a fala e escuta ativa, fomentando seu envolvimento na cultura oral, pois é ouvindo histórias, participando de conversas, nos detalhes, nas narrativas desenvolvidas individualmente ou em grupo e nas provocações com as múltiplas linguagens que a criança se concebe ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.
Por fim o quinto e último campo de experiência abrange os espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, propiciando ao mundo externo e interno, suas distintas interpretações e expressões. As crianças demonstram interesse e curiosidade nas situações de criação de cenários, narrativas de histórias, fazem diferentes descobertas sendo capazes de resolverem situações problemas do cotidiano. As crianças por meio da curiosidade que lhes é peculiar, da indagação, da experimentação e da formulação de noções intuitivas, vão formulando questões acerca do mundo e de si mesma.
Em cada campo de experiência há objetivos que devem ser trabalhados/alcançados para cada faixa etária. Para promover os objetivos propostos para a educação infantil, foram divididos em três grupos: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Assim, para cada faixa etária deve-se pensar em atividades que concebam os objetivos propostos pelo documento, a fim de promover um ensino para a promoção de habilidades por meio de competências. (BRASIL, 2018)
Um currículo direcionado a diversidade, precisa levar em consideração diferentes habilidades, interesses e maneiras de aprender no desenvolvimento de cada capacidade. Embora as crianças tenham o desenvolvimento de suas capacidades incongruentes, a educação tem por papel criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. (BRASIL, 2018)

A CRIANÇA E O CURRÍCULO

Entendendo que a criança é um sujeito de direito e que o sujeito se constitui na enunciação, caminhamos na contramão da infância caracterizada em oposição à sabedoria, cabendo ao adulto a tarefa de ensinar a criança a crescer, a dizer, a ler, a escrever. Ao contrário do que define a própria etimologia infans, a infância é, a primeira condição de linguagem. Embora inaugure a experiência com a linguagem, é preciso destacar sua existência dialógica, não como mera produção sonora, mas no reconhecimento da criança como outro, que se desloca, negocia e nos desloca nessa relação.
Para tanto, as crianças são sujeitas de direitos, que precisam ser estimuladas com práticas pedagógicas que estejam articuladas em duas dimensões —[...] a criança em sua condição de infância, e o aluno enquanto sujeito que precisa ser educado e cuidado (MACÊDO, 2011, p. 21).
Kuhlmann Jr. destaca:

Se a criança vem ao mundo e se desenvolve

em interação com a realidade social, cultural e natural, é possível pensar uma proposta educacional que lhe permita conhecer este mundo, a partir do profundo respeito por ela. Ainda não é o momento de sistematizar o mundo e apresentá-lo à criança: trata-se de vivê-lo, de proporcionar-lhe experiências ricas e diversificadas (KUHLMANN JR., 2003, p.57).

O autor aborda que é possível pensar em uma proposta educacional que possibilite à criança o conhecimento de mundo. Estes conhecimentos precisam ser pensados e sistematizados pelos professores de forma que proporcione às crianças experiências diversificadas e que acima de tudo que se tenham um profundo respeito por este sujeito tão pequeno.

A concepção de um currículo para a Educação Infantil implica a superação dos modelos baseados nas práticas engessadas do ensino fundamental. De acordo com Bujes (2001) a educação não estabelece um processo de transmissão cultural, mas de elaboração de sentidos e de criação de significados. A forma como as instituições escolares, entre elas as creches e as pré-escolas, se constituem para produzir esses processos é o currículo. Isso demanda a participação de professores, gestores, coordenadores, ou seja, toda equipe escolar que conheça as necessidades e especificidades da infância e compreendam o papel ativo da criança, em processos de aprendizagem, como sujeito que se apropria, mediado pelo professor que contemple a formação completa das crianças, desenvolvendo aspectos intelectuais, sociais, emocionais, físicos, éticos, políticos e estéticos.

Assim sendo, compreender a criança nas orientações pedagógicas como sujeito de direitos, ser humano com características próprias, com necessidades, desejos, opiniões é algo desafiador na elaboração de currículos escolares, tendo em vista algumas impressões negativas enraizadas nas sociedades desde o período inicial em que data o estudo da infância e de sua educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito tempo que a criança deixou de ser considerada um ser, que não tem autonomia, aquele que não tem fala, não tem voz. Hodiernamente, após diversos estudos, o papel social da criança tomou um grande espaço no cenário educacional. Pesquisadores enfatizam que somente com a construção de novas práticas educativas, cuja criança seja protagonista de sua própria história, é dar voz a ela para que mostre aos adultos o mundo a partir de seu olhar.

O contexto histórico da educação escolar foi configurado a partir das intencionalidades e concepções adultas concernentes às crianças. A escola cumpre o papel de compartilhar a cultura produzida por todos, mas, em uma sociedade elitista, machista, racista e adultocêntrica a produção cultural dos grupos dominados: mulheres, não brancos e crianças, é incógnito - não tem voz.

Nesse contexto, um novo conceito educativo que priorize o protagonismo infantil, precisa promover essa produção cultural que é realizada por esses grupos dominados, inclusive as crianças. A ação educativa precisa ser tangível, efetivo e deixar de configurar apenas o campo teórico dos ideais educativos de uma nova sociedade.

A idealização de uma identidade própria para a Educação Infantil requisita acessibilidade para um olhar curioso e fascinado que a criança tem sobre o mundo. Demanda um esforço para vencer os preconceitos existentes, as degeneradas relações de poder que diminuem o ser. Enfim, exige que sejam colocados em prática os ideais de construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária, pois o ato de educar é ação, envolvimento, comprometimento, ou seja, não se educa com discursos, não se educa sem atitudes concretas.

As instituições de Educação Infantil mudaram legalmente suas concepções, porém o envolvimento de toda estrutura de um centro de educação infantil, desde a formação dos professores até os espaços e materiais disponibilizados, é que realmente fazem da instituição um espaço pedagógico. Assim como a formação dos educadores que trabalham com as crianças de zero a cinco anos, o espaço, os materiais, a disponibilidade de auxiliares de ensino, a participação de todos na construção do projeto político pedagógico, uma concepção de educação atenta ao tempo das crianças, o desenvolvimento de

projetos pensados para os pequenos e o respeito aos direitos das crianças também são características fundamentais para uma instituição infantil com concepções pedagógicas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, K. A. Creche e pré-escola é "lugar" de criança? In: FILHO, A. J. M. (Org.). Criança pede respeito: temas em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 63-75.

ARIÈS, P. A História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos Pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BARBOSA, M. C. S. Projeto Político Pedagógico para a educação infantil. In: REDIN, E.; MÜLLER, F.; REDIN, M. M. (Org.). Infâncias, cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.

BORGES, T. M. M.A criança em idade pré-escolar. São Paulo: Ática, 2004

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____Ministério da Educação. Resolução CEB/ CNE no 01/99, de 07 de abril de 1999. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Diário Oficial da União. Brasília, DF. 1999.

_____Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 2010.

_____Base Nacional Comum Curricular/ Ministério da Educação, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2018.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e maquinarias. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

CUNHA, Antônio Eugênio. Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro: Wak 2008.

FERRAZ, M. H. C. de Toledo. FUSARI, M. F. de Rezende; Metodologia do Ensino da Arte. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, Martins. Como usar a música em sala de aula. São Paulo: 7.ed. Contexto, 2010.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. (Coleção Leitura).

HEYWOOD, Colin. Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER, Sônia. A Política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR. Moysés. Infância e educação infantil: Uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998

LOPES, J. J. M; VASCONCELLOS, R. M. —De onde elas contam in FREITAS, Maria Tereza de Assunção. Memórias de Professoras: Histórias e Histórias. Musa/UFJF: São Paulo/Juiz de Fora. 2005.

MACÊDO, L. C. Educação infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas. In: BARBOSA, R. C.; AFONSO, M. A. V. Educação infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas. 1ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

MÁRSICO. L. O. A criança e a música. Porto Alegre: Globo, 2002.

MIRANDA, M. J. Estudo dos aspectos ambientais, socioeconômicos e do desempenho motor de crianças residentes nas proximidades do Ribeirão Anicuns, Goiânia – GO. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) - Universidade Católica de Goiás. Goiânia – GO, 2008.

OLIVEIRA, Z. R. (org.) Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PINTO, M. A infância como construção social. In: SARMENTO, M. J. As crianças: contextos e identidades. Braga: centro de estudos da criança da universidade do Minho, 1997.

REDIN, Euclides. Uma cidade que acolha as crianças: políticas públicas na perspectiva da infância. In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Orgs.). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.

STEARNS, Peter N. A infância.Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo:Contexto, 2006.